

O Texto Dissertativo: Análise de Redações

Tema 1: Os riscos da crise de representatividade para a democracia brasileira

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Os riscos da crise de representatividade para a democracia brasileira**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Representatividade
substantivo feminino

1. qualidade de representativo.

2. qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embasamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome.

Disponível em: https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&es_th=1&ie=UTF-8#q=REPRESENTATIVIDADE

TEXTO II



Disponível em: [http://www.rhbn.com.br/uploads/docs/images/images/sem%20partido%20\(1\).jpg](http://www.rhbn.com.br/uploads/docs/images/images/sem%20partido%20(1).jpg)

TEXTO III

Um das poucas certezas é a de que vivenciamos uma crise de legitimidade das instituições e um profundo mal-estar com a democracia existente no país. O problema central, portanto, me parece ser o da falta de legitimidade das instituições de representação. Há um esgotamento e uma descrença nelas que não é específica do Brasil, mas das democracias representativas de uma maneira geral e especialmente em relação aos partidos políticos.

Existe assim uma crise da própria democracia representativa. Essencialmente, os cidadãos não se sentem representados nem pelos partidos e muito menos pelos governos. Uma crise da representação política, visível na descrença e desqualificação do parlamento, dos partidos e dos políticos, especialmente entre os jovens. Pesquisa do Instituto Data Popular publicada no dia 21/6/2013, com 1.502 pessoas entre 18 e 30 anos, em 100 cidades do país, revelou que 75% não confiam nos políticos, nem nos partidos (e 59% também não confiam na justiça).

Essa descrença explica, em grande parte, a ausência de partidos nas manifestações e quando presentes (pequenos partidos de esquerda, como PSTU e Psol), foram rejeitados e hostilizados. Houve conflitos em diversas cidades entre militantes de partidos, com suas bandeiras, e os manifestantes. Isso ocorreu também nas manifestações na Europa e na chamada “primavera árabe”. O que revela que o problema não é específico do Brasil, é mais geral, como disse o sociólogo espanhol Manuel Castells, estudioso dessas manifestações em várias partes do mundo e que publicou recentemente um livro “Indignação e Esperança – Movimentos Sociais na Era da Internet” (Zahar Editora). Para ele, uma das características desses movimentos é a rejeição aos partidos, “há um desprezo geral aos partidos políticos”.

Disponível em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2013/07/02/as-manifestacoes-e-a-crise-da-representacao-politica-no-brasil/>

TEXTO IV



Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/raio-x/presidente#capa>

Redação exemplar:**Todo poder ao povo**

Poucos fatos integram tanto o imaginário nacional quanto o desinteresse político do brasileiro médio. Manifestado na piada, no esquecimento completo dos candidatos em que se votou na última eleição, no voto decidido na última hora, mas, sobretudo, na absoluta falta de esperança com o processo político, esse indiferença é, em si mesma, um sinal claro da crise de representatividade por que passa o sistema político. Tal problema, agudizado pelos inúmeros casos de corrupção, que destroem por completo a já pequena credibilidade dos agentes do Estado, oferece enormes riscos à democracia brasileira, os quais devem ser conhecidos e enfrentados.

Tenhamos em mente, antes de tudo, o que constitui o ideal de um modelo representativo. Concebido no início da Idade Moderna por autores como John Locke e vitorioso a partir da Revolução Francesa, o sistema é hoje a base do funcionamento de inúmeros Estados no mundo, em particular no Ocidente. Com efeito, toma-se na atualidade como um fato a ideia de que o poder emana do povo e que é, portanto, na qualidade de representantes que os agentes públicos exercem suas prerrogativas. Em suma, não é por terem recebido autoridade de Deus ou da natureza que governam, mas sim por meio do consentimento de seus súditos. A eleição de representantes pelo voto popular seria, assim, o mecanismo por excelência de transmissão do poder político.

Percebe-se, porém, que essa realidade admitida em teoria não é vivenciada na prática. De fato, na medida em que distingue representantes e representados, o sistema político moderno tende inevitavelmente a criar um fosso cada vez maior entre esses dois níveis. De um lado, está o povo, teoricamente soberano, que na prática só se envolve com a política de tempos e tempos, nas eleições. De outro, há os que, em tese subordinados a interesses e vontades do povo, vivenciam a política diariamente, inclusive naquilo que ela tem de mais escuso, angariando poder e meios para seus projetos pessoais. No longo prazo, o que se dá é uma cada vez mais intensa crise: o povo, que em teoria é o detentor do poder político, não se vê representado no modo como essa força é exercida pelos agentes públicos.

Portanto, não é difícil perceber as razões da crise de representação que se verifica no Brasil atualmente. Na verdade, mantendo os mesmos caminhos, a situação só tende a piorar, com uma concentração cada vez maior de poder nas mãos de partidos que nada dizem aos anseios do povo. Contemplando-se esse quadro de terror, a única saída possível consiste em radicalizar a ordem democrática, fortalecendo os mecanismos de democracia direta, tais como os plebiscitos e referendos, o que pode ser conseguido com o apoio da mídia e com uma pressão da própria sociedade, já educada nos moldes da representatividade, sobre o Poder Público. Só com a concentração do máximo de decisões possíveis na atuação direta do povo e não de burocratas eleitos é que o “governo do povo” poderá ganhar autêntico significado no Brasil.

Tema 2:

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O discurso de ódio no Brasil: intolerância ou liberdade de expressão?**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Leandro Karnal, historiador, diz que os livros de história brasileiros nunca usam o termo guerra civil em suas páginas. Preferimos dizer que guerras que duraram 10 anos (como a Farroupilha) foram revoltas. Foram “insurreições”. O termo “guerra civil” nos parece muito “exagerado”, muito “violento” para um povo tão “pacífico”. A verdade é que nunca fomos pacíficos. A história do Brasil é marcada sempre por violência, torturas e conflitos. As decapitações que chocam nos presídios eram moda há séculos e foram aplicadas em praça pública para servir de exemplo nos casos de Tiradentes e Zumbi. As cabeças dos bandidos de Lampião ficaram expostas em museu por anos. Por aqui, achamos que todos os problemas podem ser resolvidos com uma piada ou com uma pedrada. Se o papo informal não funciona devemos “matar” o outro. Duvida? Basta lembrar que por aqui a república foi proclamada por um golpe militar. E que golpes e revoluções “parecem ser a única solução possível para consertar esse país”. A força é a única opção para fazer o outro entender que sua ideia é melhor que a dele? O debate saudável e a democracia parecem ideias muito novas e frágeis para nosso país. O discurso de ódio invade todos os lares e todos os segmentos. Agora que o gigante acordou e o Brasil resolveu deixar de ser “alienado” todo mundo odeia tudo. O colunista da Veja odeia o âncora da Record que odeia o policial que odeia o manifestante que odeia o político que odeia o pastor que odeia o “marxista” que odeia o senhor “de bem” que fica em casa odiando o mundo inteiro em seus comentários nos portais da internet. Para onde um debate rasteiro como esse vai nos levar? Gritamos e gritamos alto, mas gritamos por quê?

Política não é torcida de futebol, não adianta você torcer pela derrota do adversário para ficar feliz no domingo. A cada escândalo de corrupção, a cada pedreiro torturado, a cada cinegrafista assassinado, a cada dentista queimada, a cada homossexual espancado; todos perdemos. Perdemos a chance de conseguir dialogar com o outro e ganhamos mais um motivo para odiar quem defende o que não concordamos.

Disponível em: <http://www.gluckproject.com.br/a-historia-do-odio-no-brasil/>

TEXTO II

Uma das principais aliadas da liberdade de expressão atualmente, a internet também pode ser palco de crimes, discriminação e apologia ao ódio. Cada vez mais comuns, denúncias de casos que ferem os direitos humanos cometidos na rede motivaram o governo federal a criar um canal específico para as vítimas: o Humaniza Redes.

Lançado nesta terça-feira, o portal promete ser o anjo da guarda de quem sofre ofensas online. A ideia do governo é atuar não apenas no recebimento de denúncias, mas também na proteção das vítimas e no encaminhamento de casos à polícia.

A coordenadora de comunicação da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, Daiane Nunes, explica que o Humaniza Redes pretende combater dois inimigos distintos que habitam a internet: os crimes e as ofensas aos direitos humanos.

Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/04/saiba-como-usar-o-humaniza-redes-canal-do-governo-para-denunciar-crimes-cometidos-na-internet-4735211.html>

TEXTO III

VOCÊ É LIVRE PARA
SE EXPRESSAR...
DESDE QUE EU CONCORDE!!!



Disponível em: [http://3.bp.blogspot.com/-V-T-4a24SQk/UWrlg4qLujI/AAAAAAAAAGdA/0WmPh0HGemQ/s1600/LIBERDADE+DE+EXPRESS%C3%83O.j](http://3.bp.blogspot.com/-V-T-4a24SQk/UWrlg4qLujI/AAAAAAAAAGdA/0WmPh0HGemQ/s1600/LIBERDADE+DE+EXPRESS%C3%83O.jpg)
pg

Redação exemplar:**Por uma educação para a liberdade**

Há limites legítimos para a liberdade de expressão? Uma pessoa que se utiliza da sua capacidade de exprimir-se para estimular o ódio e a violência deve ser punida pela lei ou isso é uma violação de sua justa autonomia? Nos tempos atuais, questões como essa se tornaram mais candentes do que nunca. De fato, nos últimos anos, fatos marcantes, como o atentado ao jornal francês Charlie Hebdo, revelaram com clareza a persistência dos radicalismos violentos e a fragilidade do poder do diálogo. Diante deste cenário, o que urge não é abandonar o princípio da liberdade de expressão, mas sim aprofundar a compreensão de sua natureza e, portanto, de suas implicações políticas.

Antes de tudo, é preciso lembrar que a prerrogativa de comunicar aos outros as próprias ideias e pensamentos não é um direito absoluto, mas sim uma prerrogativa secundária e subordinada. Com efeito, entre os direitos que o homem possui há certa hierarquia natural, pela qual uns são evidentemente superiores aos outros. É tal hierarquia, nem sempre suficientemente analisada, que nos mostra que o direito à liberdade de expressão, não obstante muitíssimo necessário, é subordinado em relação a outras garantias civis, tais como a do direito à vida, uma vez que só homens vivos podem ser livres. Em virtude de sua própria natureza, portanto, a liberdade de expressão é uma prerrogativa limitada e não pode sobrepor-se àquilo que lhe é superior. Neste sentido, quando o Estado prende um sujeito por incitação à violência, por exemplo, não está tolhendo a liberdade de exprimir-se, mas apenas a pondo em seus justos limites.

Ademais, é necessário perceber, conforme já ensinava o grande filósofo Santo Agostinho, que, par a par com a liberdade anda a responsabilidade. De fato, ser livre, em primeiro lugar, significa ter a obrigação de responder pelas próprias ações. Se o homem fosse predestinado a agir de um modo ou de outro, que sentido faria atribuir a ele os seus atos? No que diz respeito à liberdade de expressão, portanto, é preciso defender também a responsabilidade de expressão, afinal, a autonomia comunicativa não é um fim, mas um meio. Ela não serve para que os homens possam dizer uns aos outros o que lhes der na telha, sem pensar nas consequências, mas sim para que, através da troca de ideias, todos possam mutuamente enriquecer-se e encontrar a verdade.

Diante de tudo o que foi dito, há que se reconhecer que a liberdade de expressão é um bem inestimável, mas que, por isso mesmo, pode facilmente perverter-se e tornar-se um mal. Portanto, exigir que o Estado garanta o exercício de tal liberdade, o que é algo justíssimo, não implica em admiti-la como um direito irrestrito, sobre o qual o poder público não tenha que manter vigilância alguma. Ao contrário, o que cabe ao Estado é promover no processo educacional uma forte conscientização dos alunos a respeito da natureza e das implicações da liberdade, de modo que cada um se sinta instado a exprimir-se sempre movido pelos valores indelévels do amor e do respeito.